

SARA SEILERT

**Livros didáticos de Arte para
Educação de Jovens e Adultos do
Distrito Federal**

Brasília, 2013

SARA SEILERT

**Livros didáticos de Arte para
Educação de Jovens e Adultos do
Distrito Federal**

Trabalho de conclusão do curso de Artes Plásticas,
habilitação em Licenciatura, do Departamento de
Artes Visuais do Instituto de Artes da Universidade
de Brasília.

Orientadora: Profa. Esp. Maria Britânia Brito
Vianna Peres

Brasília, 2013

RESUMO

A presente monografia dedica-se ao estudo do livro didático adotado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para a educação de jovens e adultos (EJA). A partir de considerações sobre a disciplina de Artes no contexto dessa modalidade de ensino escolar, a pesquisa visa a análise dos conteúdos curriculares expressos, dos aspectos do projeto gráfico e dos demais elementos de comunicação visual empregados, como as imagens (e suas implicações), a diagramação, a relação entre imagem e texto, as formas, as cores, etc. A observação crítica desses traços conformadores dos livros didáticos tenciona contribuir para a investigação de seu papel mediador na relação ensino-aprendizagem.

SUMÁRIO

Lista de imagens	4
Introdução	5
1. Apresentação	5
2. Justificativa	7
3. Objetivo	8
Desenvolvimento	9
1. Revisão bibliográfica	9
2. Metodologia	11
2.1. Análise dos livros didáticos	11
2.1.1. Aspectos gerais	11
2.1.2. Capa e quarta-capa	12
2.1.3. Os autores e a editora	12
2.1.4. O miolo	13
Considerações finais	18
Anexo	19
Referências	20

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Capas e quarta-capa dos livros para EJA/DF.	12
Figura 2: Livro EJA/DF – Ensino médio – Etapa 1, p. 17, detalhe.	14
Figura 3: Livro EJA – Ensino médio – Etapa 1, p. 27, detalhe.	15
Figura 4: Livro EJA – Ensino médio – Etapa 2, p. 24 e 25.	16
Figura 5: Livro EJA – Ensino médio – Etapa 3, p. 22, detalhe.	17

INTRODUÇÃO

1. Apresentação

O ensino das Artes vem ganhando maior legitimação como área de conhecimento e elemento fundamental na formação cultural e pessoal dos indivíduos. Isso foi reforçado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Art. 26 § 2º, que diz que “o ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, também colocam Arte como elemento obrigatório no currículo das escolas e, portanto, possuindo conteúdo específico a ser trabalhado, nas quatro áreas: Visuais, Teatro, Dança e Música.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais definem o Ensino Médio como uma etapa conclusiva da educação básica para os estudantes. O objetivo, em linhas gerais, é o de preparar o educando para a vida, para o exercício da cidadania, para sua inserção qualificada no mundo do trabalho, e capacitá-lo para o aprendizado permanente e autônomo, não se restringindo a prepará-lo para outra etapa escolar ou para o exercício profissional.

O que se vê, entretanto, neste período da formação escolar, é o enfoque para os vestibulares, exames e avaliações que não visam muito além do que diplomas. Esquece-se o ideal da “formação para a vida”, proclamada pela LDBE/96. Na modalidade da EJA, o enfoque para o trabalho é ainda maior, uma vez que a maior parte dos estudantes já são trabalhadores, empregados ou não, que estão em busca de perspectivas de trabalho que atendam às suas necessidades existenciais e de sobrevivência. Além dessa busca por elevação de suas condições de atuação no mercado de trabalho, uma pequena parcela regressa à escola em busca de uma realização pessoal e social.

Os mais recentes debates sobre a identidade dos sujeitos da EJA apontam que a entrada constante de jovens (cada vez mais precocemente) nessa modalidade de ensino tem sido uma alternativa para solucionar o insucesso escolar (reprovação sucessiva, distorção idade/série ou indisciplina) e como uma maneira de acelerar os estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2013).

As orientações curriculares para a EJA do Distrito Federal, documento intitulado “Currículo em movimento”, propõem a cultura como um de seus eixos integradores e estruturantes. Assim, a cultura deve permear o processo de construção do conhecimento no currículo proposto para essa modalidade. Nesse sentido, o ensino da Arte pode contribuir de forma valiosa, pois apresenta-se como um espaço amplo para a politização, contextualização, crítica, culturalização, corporificação, além de inúmeros outros aspectos subjetivos e desafiadores que, infelizmente, a nossa estrutura escolar (ainda viciada) não consegue comportar.

O que percebemos é que, nesse cenário, a Arte torna-se mais esquecida do que aliada, pois ainda não é ativada pela escola, ou seja, ainda não se definiu a importância do papel da Arte no ensino escolar. O que parece é que sabemos que é importante, mas não como ou quanto importante é.

[...] nem a mera obrigatoriedade, nem o reconhecimento da necessidade são suficientes para garantir a existência da Arte no currículo. Tampouco garantem um ensino/aprendizagem que torne os estudantes aptos para entenderem a Arte ou a imagem na condição pós-moderna contemporânea (BARBOSA, 2008, p. 14).

Talvez pela defasagem de educadores bem capacitados ou que se envolvam em pesquisas continuadas, além da falta de recursos, a Arte continuou a ser ensinada na escola em uma abordagem escolanovista¹, ou com aportes técnicos que enfatizavam apenas a importância do *aprender fazendo* (BARBOSA, 2005). Por isso, é comum percebermos a forte presença de produção prática, porém muitas vezes mal conduzida e irrefletida.

Esse desinteresse sintomático acaba afetando os alunos que se mostram apáticos às aulas de Artes porque sabem que a disciplina não é “a mais importante”, nem constitui um “peso” considerável no boletim do final do ano.

Além disso, existe grande carência de exercícios de análise de obras de arte, pesquisas em conjunto, debates, jogos ou atividades que poderiam tornar mais consistente a

¹ O movimento Escola Nova, experiência vivida no Brasil principalmente a partir de 1930, enfatizou o caráter experimental e expressivo do ensino da arte. Nesse processo livre, quase terapêutico, acreditava-se que a Arte se aprendia fazendo, espontânea e naturalmente. Entretanto, essa abordagem reduz o papel do educador, que deve interferir o mínimo possível no processo de criação dos alunos, excluindo-se até mesmo o trabalho com imagens em sala de aula, o que acarreta numa produção desorientada e sem método (BARBOSA, 2005).

aprendizagem do conteúdo. Os conteúdos, de fato, são passados de maneira compulsória e superficial. O tempo curto das aulas de Artes também representa um empecilho para o aprofundamento de seus conteúdos. No caso da EJA (Educação de Jovens e Adultos), por exemplo, a semestralidade recentemente adotada pela Secretaria de Educação do DF também desprivilegia ainda mais disciplinas como as Artes, Sociologia e Filosofia, que se veem obrigadas a condensar o conteúdo de um ano letivo em apenas um semestre, em troca de uma sensação de alívio para os professores que agora possuem menos turmas e contam com o auxílio de monitores para as recuperações (se um aluno reprova em um semestre, ele poderá recuperar o conteúdo no outro, sem perder a continuidade dos estudos, num sistema de “dependência”), reforçando a velha dinâmica de que as escolas e seus membros continuam “fingindo que ensinam” e os alunos “fingindo que aprendem”.

2. Justificativa

Na prática, o ensino de Artes tem sido desenvolvido de forma incompleta, às vezes assistemática, que frequentemente desconsidera aspectos cognitivos previstos no currículo de Arte, como os estudos da linguagem visual e a sensibilização estética. A polivalência projeta no professor um conceito equivocado de Arte, ligado às ideias de totalidade superficial (um mesmo professor para ensinar Artes Plásticas, Teatro, Dança e Música, por exemplo), expressividade e espontaneidade sem exercício crítico. Percebemos também pouca preocupação com o embasamento teórico, a pesquisa ou com uma melhor preparação dos professores de Artes. Nota-se, na prática de alguns professores, uma preocupação somente com a expressividade individual, com técnicas, mostrando-se, por outro lado, insuficiências no aprofundamento do conhecimento da Arte, de sua história e das linguagens artísticas propriamente ditas. Essa dinâmica do fazer não refletido justificaria a ideia de que o ensino de Arte é divertimento, distração, diferentemente das matérias “sérias” que exigem um “esforço intelectual” – e aqui está o ponto crucial da desvalorização da Arte perante os demais saberes escolares.

As experiências em todos os estágios obrigatórios do curso de licenciatura em Artes Plásticas e também a minha experiência como professora de contrato temporário da Secretaria de Educação do Distrito Federal me trouxeram e continuam trazendo diversas inquietações acerca da prática de ensino-aprendizagem de Artes nas escolas formais, especialmente na Educação de Jovens e Adultos.

O interesse pelo livro didático surgiu a partir da experiência como professora no

Centro Educacional 02 do Cruzeiro, onde tive o primeiro contato com a série de livros para EJA. Até então, eu desconhecia esse tipo de iniciativa. Enquanto que no ensino regular a presença de livros didáticos das grandes editoras circulando nas salas de aula é bastante comum, na EJA essa era uma realidade inexistente, pelo menos até o ano de 2010, quando foi lançado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado especialmente a essa modalidade educacional. Depois de uma rápida leitura, optei por não utilizá-los em sala de aula. Apesar de contemplarem os tópicos em Artes previstos no Currículo para a EJA (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2010) desenvolvido pela Secretaria de Educação do DF, o fazem de forma superficial e incompleta, como poderemos perceber na análise feita adiante.

3. Objetivo

Este trabalho dedica-se à observar o livro didático adotado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal para a educação de jovens e adultos (EJA). A pesquisa visa a análise dos conteúdos curriculares expressos, dos aspectos do projeto gráfico e dos demais elementos de comunicação visual (as imagens e suas implicações, a diagramação, a relação entre imagem e texto, as formas, as cores, etc.) presentes nestes livros didáticos, bem como investigar seu papel mediador na relação ensino-aprendizagem.

DESENVOLVIMENTO

1. Revisão bibliográfica

Apesar da crescente digitalização do conhecimento, o livro didático ainda configura-se como uma importante ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. O livro didático pode ser visto como um produto cultural, como uma mercadoria ligada ao mercado editorial de lógica capitalista; pode ser visto também como suporte de conhecimentos e de metodologias das várias disciplinas curriculares e, ainda, como elemento formador de valores, ideológicos e culturais.

A ausência de livros didáticos de Artes de qualidade é mais um triste sintoma da falta de atenção que essa área sofre dentro do ambiente escolar. Para a realidade brasileira, o livro didático ainda representa um excelente recurso para o acesso à produção e difusão de conhecimento e, no caso das Artes Visuais, para a aproximação com as principais obras, mesmo que em reprodução fotográfica.

Embora não seja (nem deva ser) o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino-aprendizagem, o livro didático pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares. Aliado à capacitação dos professores, o livro didático pode ser usado como suporte por professores preparados, não como “muleta” para professores despreparados.

Sobre a vinculação do livro didático ao ensino formal, Marisa Lajolo discorre:

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdo e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, *o que se ensina e como se ensina* o que se ensina. [...] Assim, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como *disciplina escolar*. Além disso, o livro didático caracteriza-se ainda por ser passível de uso na situação específica da escola, isto é, de aprendizado coletivo e orientado por um professor (LAJOLO, 1991, p. 4).

Nesse sentido, analisamos o livro didático como ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem em Arte e de que maneira essa ferramenta colabora para a construção do currículo (*o que* será estudado) e do método pelo qual ele é abordado (*como* será estudado). Na educação de jovens e adultos, ainda encontramos o problema da linguagem, ou seja, ainda é difícil encontrar livros didáticos coerentes com a perspectiva andragógica.

A andragogia apresenta-se como uma abordagem de ensino que se distancia da pedagogia (palavra que tem raiz no grego *paidós*, criança) por tratar especificamente de um público adulto, encarando-os como pessoas em desenvolvimento, que já possuem conhecimentos prévios adquiridos em suas experiências de vida mesmo que eles não tenham ainda frequentado a escola. O processo educativo na concepção andragógica busca superar a viciada fragmentação do ensino, substituindo a ideia da “educação *para* a vida” pela “educação *pela* vida” (KNOWLES, apud NOGUEIRA, 2004).

No Brasil, a EJA recebeu grande influência do pensamento difundido por Paulo Freire, que propôs uma educação libertadora através da conscientização do sujeito, em oposição ao que ele chamou de “educação bancária”².

Dessa maneira, o material didático desenvolvido para o público da EJA deverá considerar o aprendiz como sujeito ativo, reconhecer a sabedoria que esse sujeito já possui, proveniente de sua experiência de vida, de sua bagagem cultural e de suas habilidades pessoais e profissionais. Por isso, o material didático desenvolvido para a EJA precisa atender o princípio da adequação à realidade cultural e subjetiva dos jovens e adultos.

Por essa razão, não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma. (FREIRE, 1979, p. 72)

Essa “doação” a que se refere Freire, advém da ideia de que o conteúdo é transmitido ou transferido do professor para aluno, tendo o professor como agente, e como objeto passivo dessa aprendizagem, o aluno. O conhecimento, então, seria uma doação do professor para o aluno.

² Esta “educação bancária”, segundo Freire (1974), tem por finalidade manter a divisão entre os que sabem e os que não sabem, entre os oprimidos e os opressores. Os alunos seriam meros repositórios do conteúdo detido pelo educador e esse “aprendizado” ocorreria, assim, de maneira unilateral e descontextualizada, onde o educador definiria tudo o que se é importante aprender, negando a condição de sujeito ativo do educando.

O que pudemos perceber na análise dos textos dos livros de artes, tanto os consumíveis quanto os não-consumíveis³, é que os estudantes não são estimulados a se tornarem os construtores de seu próprio conhecimento, a aprender, a descobrir e a criar soluções, pois recebem um texto superficial, marcado por uma linguagem “infantilizante” e atividades que repetem um modelo de memorização e repetição do conteúdo.

2. Metodologia

Para a análise realizada, utilizamos a metodologia da pesquisa qualitativa, tomando alguns trechos representativos para interpretá-los, em oposição ao método quantitativo, que busca exaurir todas as ocorrências de falhas ou faltas do material estudado.

2.1. Análise dos livros didáticos

2.1.1. Aspectos gerais

Os livros didáticos analisados foram desenvolvidos para o 3º segmento da Educação de Jovens e Adultos, o que seria equivalente ao Ensino Médio. Para cada etapa há dois volumes: um livro-texto não-consumível e um livro-atividades. O material denominado não-consumível deverá ser devolvido à escola ao final de cada etapa concluída, enquanto o livro-atividades pertence ao aluno.

Os livros foram produzidos em 2010, com financiamento do PNLD/EJA. Naquele ano, abriu-se uma licitação, na modalidade pregão, onde concorreram propostas de livros de várias editoras e autores. O material escolhido e comprado pela Secretaria de Educação do DF foi desenvolvido pela Editora Base de Curitiba – PR⁴.

³ Cf. diferenciação feita adiante.

⁴ Cf. matéria “Alunos de programa do GDF recebem apostilas com erros de conteúdo” publicada no *Jornal de Brasília*. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/site/noticia.php?id=308143>>. Acesso em: novembro de 2013.

2.1.2. Capa e quarta-capa⁵



Figura 1: Capas e quarta-capa dos livros para EJA/DF.

A capa dos três livros analisados (EJA – Terceiro segmento – Etapas 1, 2 e 3), são idênticas: de cor verde, com a mesma fotografia com disposição diagonal ao centro (sem nenhuma referência de onde foi tirada a fotografia, na capa ou na folha destinada à ficha técnica da obra). Apresenta, ainda, os nomes dos três autores e o selo comemorativo dos 50 anos de Brasília no canto inferior esquerdo.

Na quarta-capa tem-se o hino nacional conforme obrigação prevista em lei, além do código de barras e ISBN, marca da Secretaria de Educação do Distrito Federal e o brasão dessa Unidade da Federação.

2.1.3. Os autores e a editora

A Base Editorial é uma editora paranaense, localizada em Curitiba, que desenvolve livros didáticos e paradidáticos. Tem ampla experiência com o PNLD e já produziu diversos materiais para programas governamentais de ensino de todo o Brasil⁶. No PNLD deste ano, a editora teve 34 títulos aprovados, entre livros de história, matemática, geografia, letramento e alfabetização, ciências e história regional e geografia regional⁷. Recentemente a Base

⁵ A quarta-capa é a contracapa localizada na parte de trás do livro que deve conter o código de barras com o ISBN do livro. Também pode conter uma sinopse (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, NBR 6029, 2006).

⁶ Cf. *website* da editora: <<http://www.editorabase.com.br>>. Acesso em: novembro de 2013.

⁷ Cf. matéria “Base Editorial tem 34 livros aprovados no PNLD” publicada no Diário Indústria & Comércio. Disponível em: <<http://www.icnews.com.br/2012.03.29/negocios/base-editorial-tem-34-livros-aprovados-no-pnld/>>. Acesso em: novembro de 2013.

Editorial foi comprada pelo Grupo IBEP (Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas), grupo editorial que possui outras editoras como a Companhia Editora Nacional e a Conrad, configurando entre os maiores grupos editoriais que produzem livros para o governo, através do PNLD⁸.

Sobre os autores, pouco podemos conhecer além do que informa o texto que se encontra na parte interna da capa. São três: Jussara M. de O. Magrin, da área de Artes Plásticas; Severo Brudzinski, de Artes Cênicas e Jair Santana, Arte-educador. Dos três, apenas Jair Santana é doutor, conforme verificamos em seus currículos disponíveis na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O texto de apresentação presente no verso da capa de cada livro informa que o material foi elaborado considerando as necessidades apresentadas por jovens e adultos, alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal. Mas nada é dito sobre a metodologia utilizada para essa abordagem específica, considerando que os autores e a editora são de outro estado, com uma realidade geográfica e socioeconômica muito distinta.

2.1.4. O miolo⁹

O design do livro, assim como o design da maior parte das coisas cotidianas (um lápis ou uma caneca, por exemplo), é uma “arte invisível”, segundo Richard Hendel (2003, p. 1). Trata-se de um design invisível porque atua buscando uma mediação entre o autor e o leitor, mediação esta que deve ser facilitadora, sem ruídos. Essa invisibilidade, segundo Hendel, não é necessariamente um mau sinal, pois “o trabalho real de um designer de livro não é fazer as coisas parecerem ‘legais’, diferentes ou bonitinhas” (HENDEL, 2003, p. 3).

O livro possui um formato tão tradicional e familiar (um volume de papel retangular repleto de letras com serifa), que quase não damos importância à enorme quantidade de variáveis presentes em sua estrutura. Atribuímos frequentemente muito mais valor ao significado das palavras do que ao modo como se apresentam (apesar de muitas vezes “julgarmos o livro pela capa”). Por isso, acabamos por perceber o design somente quando ele (ou algo nele) se torna notável, pelo acerto ou pelo erro.

⁸ Cf. matéria “Base Editorial é vendida para o grupo IBEP” publicada no *website Bem Paraná*. Disponível em: <<http://www.bemparana.com.br/noticia/252606/base-editorial-e-vendida-para-o-grupo-ibep#.UnkwQ5TwJgI>>. Acesso em: novembro de 2013.

⁹ O miolo de um livro é formado pelo conjunto de folhas, geralmente dobradas em cadernos, que formam o corpo da publicação (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS E TÉCNICAS, NBR 6029, 2006).

No nosso caso, podemos perceber que o descuido quanto ao design também envolve uma questão econômica. Como se trata de uma edição específica para o Distrito Federal, com tiragem pequena em relação aos livros didáticos de circulação nacional, o custo de produção aumenta consideravelmente. Isso porque, no mercado editorial, quanto menor for o número de exemplares impressos, ou mais específico for o projeto gráfico do livro, mais caro fica o preço de cada exemplar. Assim, é de se esperar que boa parte dos editores apenas queiram repetir os mesmos modelos já feitos anteriormente por eles, ou colocar o máximo possível de letras numa página, reduzindo as margens para, com isso, reduzir o número de páginas do livro e, conseqüentemente, os gastos com impressão.

Um mesmo livro para quatro áreas – artes visuais, teatro, dança e música –, impede que os temas sejam aprofundados. Para a área de artes visuais, por exemplo, são destinadas somente 40 páginas em cada livro, em média. Encontramos também erros ortográficos e de digitação, além de erros conceituais, o que demonstra que o descuido também se deu quanto ao conteúdo.

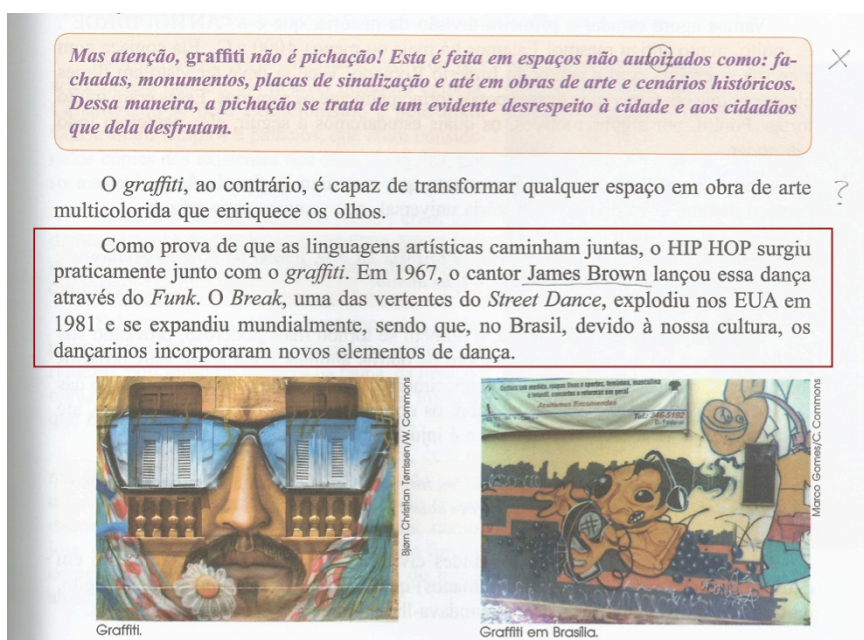


Figura 2: Livro EJA – Ensino médio – Etapa 1, p. 17, detalhe.

Neste primeiro exemplo, encontrado no livro para a Etapa 1 (equivalente ao 1º ano do Ensino Médio), percebemos dois problemas: o primeiro, marcado a lápis, se trata de um erro de digitação ou ortografia e o segundo, mais grave, apresenta um erro conceitual onde os autores afirmam o início e a autoria de um movimento social, o *hip-hop*. Sabemos que o *hip-hop* é um movimento cultural multidimensional, ou seja, que não se limita à dança e, além

disso, sabemos que, embora o cantor James Brown seja uma figura icônica para o movimento negro e influência para os mais diversos ritmos como o *funk*, o *groove* e o *soul*, não podemos afirmar que ele “lançou” o *hip-hop*.

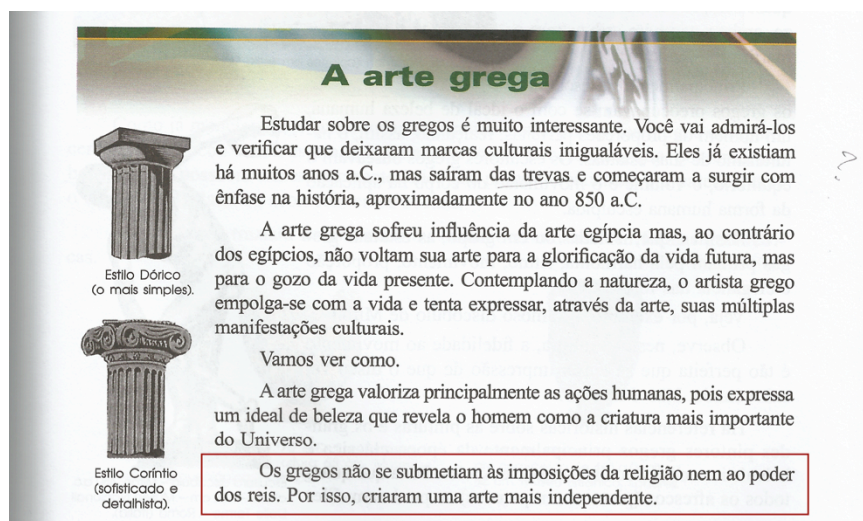


Figura 3: Livro EJA – Ensino médio – Etapa 1, p. 27, detalhe.

Na página 27 do mesmo livro, encontramos outro equívoco. No texto se afirma que “os gregos não se submetiam às imposições da religião”. Esquece-se, por exemplo, que o legado da arte grega quase sempre faz referência à religiosidade e à mitologia. Os gregos eram politeístas e possuíam uma cultura religiosa riquíssima com construções de templos, esculturas e imagens de deuses e deusas. Outros trechos questionáveis incluem a referência a uma “saída das trevas” e um “surgimento com ênfase na história”, a noção de “influência” para englobar as relações entre arte grega e egípcia, e a implicação de que uma arte desvinculada de religião ou do poder político seria mais “independente”.

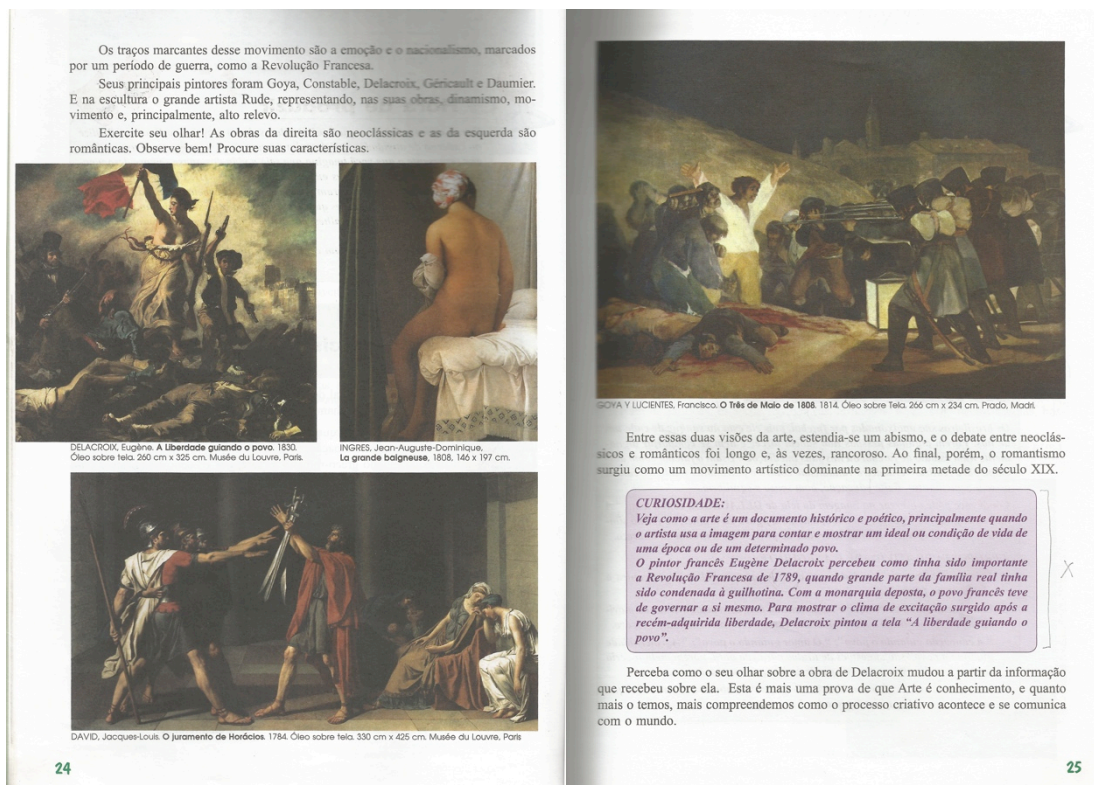


Figura 4: Livro EJA – Ensino médio – Etapa 2, p. 24 e 25.

Neste caso temos um exemplo de erro factual e histórico, localizado no quadro lilás da página 25 do livro para a Etapa 2. A informação, da forma em que foi colocada, pode induzir ao entendimento de que o pintor Eugène Delacroix testemunhou a Revolução Francesa. A pintura *A liberdade guiando o povo*, em desacordo com o que é dito, faz alusão à revolução de julho de 1830, ocorrida na França, e não à Revolução Francesa de 1789.

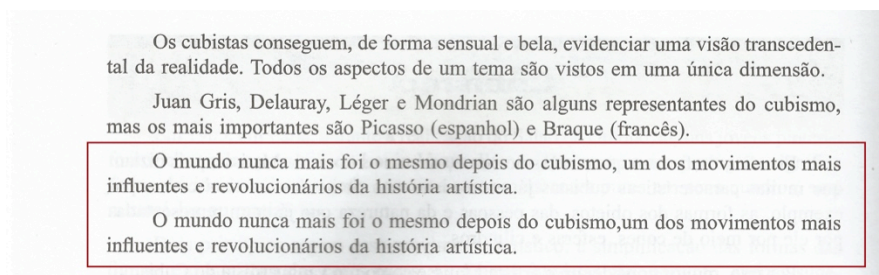


Figura 5: Livro EJA – Ensino médio – Etapa 3, p. 22, detalhe.

Aqui temos um erro crasso de diagramação. Este e outros erros referentes à ortografia, digitação e diagramação do texto denotam falta de revisão. Erros como este também foram detectados nos livros para as outras áreas feitas pela mesma editora¹⁰.

Também foi analisada uma atividade avaliativa proposta pelo livro de atividades da Etapa 1. Essa imagem, pelo seu tamanho, foi colocada em anexo à monografia.

Podemos perceber, por se tratar de perguntas objetivas onde o aluno deve julgar os itens ou marcar afirmativas “certas” ou “erradas”, que o tipo de avaliação da aprendizagem que está sendo proposto é quantitativo, pois prioriza a reprodução e a memorização dos conteúdos. O que ocorre é muito mais uma verificação que visa medir o conteúdo retido do que de fato avaliar a capacidade reflexiva que o aluno deverá possuir após um contato significativo com o objeto do estudo.

Diante disso, verificamos a necessidade de pensar processos de avaliação de aprendizagem em Artes que levem em conta as especificidades desta disciplina, que deveria romper com os modelos de repetição quase mecânicos, a fim de incentivar a apropriação de conhecimentos.

¹⁰ Cf. Matéria “Alunos do EJA recebem apostilas com erros conceituais e até de ortografia” publicada no *Correio Braziliense*. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2010/11/06/interna_cidadesdf,221953/index.shtml>. Acesso em: novembro de 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das compreensões de que as imagens comunicam tanto quanto (ou até mais do que) os textos escritos, e de que a forma com que o conteúdo é apresentado interfere em sua abordagem, o estudo do livro didático permite perceber a maneira pela qual os conteúdos são veiculados no ambiente escolar e suas implicações para a compreensão destes mesmos conteúdos. Ao considerarmos que a linguagem visual utilizada na construção de um livro se constitui em um sistema de representação simbólica, podemos afirmar que esta possibilita a construção de sentidos, na qual se relacionam a intencionalidade do autor, a materialidade do texto e as possibilidades de ressignificação pelo leitor. Além disso, o livro didático permite delinear a seleção dos conteúdos propostos nas escolas, as concepções pedagógicas que norteiam o processo de ensino-aprendizagem, bem como as ideias vigentes em uma época.

No nosso caso, percebemos o enorme descuido com a elaboração de um livro didático para a área de Artes, em especial no que tange a Educação de Jovens e Adultos. Através da análise do livro que serve como recurso didático sugerido pelo governo, podemos perceber uma concepção de EJA que é nele expressada, de uma EJA que continua às margens das prioridades das políticas educacionais.

Dessa maneira, não é de se estranhar que boa parte dos professores prefiram não adotar os livros analisados como recurso para suas aulas, porque estão longe de atingir as expectativas que prometem, uma vez que não compatibilizam com o universo de seu público-alvo.

ANEXO

ATIVIDADE AVALIATIVA 1

1. Assinale com um (x) a resposta certa.
 - () A imaginação científica e criativa do homem já inventou diversos instrumentos para melhorar suas condições de vida.
 - () O homem não consegue criar nada.
 - () A criação do pincel rústico se deu na pré-história.
 - () A arte acompanhou a evolução tecnológica.
 - () O homem pré-histórico não sabia pintar.
 - () A pintura nas cavernas chama-se pintura rupestre.
 - () Os homens pré-históricos retiravam a tinta da natureza.

2. Marque a alternativa errada sobre a dança na Pré-História:
 - () Tinham significação de riqueza.
 - () Eram constituídas de espiritualidade.
 - () Podiam ser executadas para celebrar os nascimentos.
 - () Ela não teve nenhuma importância para a efetivação das diferentes culturas.
 - () Ela era realizada com fantasias brilhantes.
 - () Não possuíam nenhuma significação espiritual.

3. Escreva S (sim) ou N (não) nos parênteses, se concorda ou discorda com as afirmativas sobre o *graffiti*.
 - () É a mesma coisa que pichação.
 - () É realizada com *spray* nos muros das cidades.
 - () O *graffiti* é considerado uma obra artística.
 - () O *hip-hop* não tem nada a ver com o *graffiti*.
 - () Muitos estudiosos a consideram uma reconstrução das pinturas rupestres.

6. O Renascimento foi um período muito importante na História e trouxe muita informação e conhecimento a você estudante. Agora relembre o que estudou e pinte as bolinhas que correspondem às afirmativas corretas.
 - a) Foi um período de muita guerra e fome.
 - b) Foi um período de grande desenvolvimento da astronomia, matemática, medicina, engenharia, filosofia, botânica, literatura e das artes em geral.
 - c) Apareceram os mecenas.
 - d) Apareceram os faraós.
 - e) Leonardo da Vinci, Rafael Sansio, Michelangelo foram grandes artistas desse período.
 - f) Não existiram bons escultores nesse período.
 - g) A famosa obra chamada Mona Lisa foi realizada nesse período.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6029: informação e documentação: livros e folhetos: apresentação*. Rio de Janeiro, 2006.

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *Inquietações e Mudanças no Ensino da Arte*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394, de 20/12/1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: novembro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação, 1998.

BRUDZINKI, S.; SANTANA, J.; MAGRIN, J. M. O. *Artes: Educação de Jovens e Adultos, Terceiro segmento, Etapa 1 – Ensino Médio*. Curitiba: Base Editorial, 2010.

_____. *Artes: Educação de Jovens e Adultos, Terceiro segmento, Etapa 2 – Ensino Médio*. Curitiba: Base Editorial, 2010.

_____. *Artes: Educação de Jovens e Adultos, Terceiro segmento, Etapa 3 – Ensino Médio*. Curitiba: Base Editorial, 2010.

CAMBRAIA, Danielle. Alunos de programa do GDF recebem apostilas com erros de conteúdo. In: *Jornal de Brasília*. Brasília: 5 nov. 2010. Portal ClicaBrasília. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/site/noticia.php?id=308143>>. Acesso em: novembro de 2013.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HENDEL, Richard. *O design do livro*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em Aberto*, 16 (69): jan./mar. 1991. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1033/935>>. Acesso em: novembro de 2013.

NOGUEIRA, Sônia Mairos. Andragogia: que contributos para a prática educativa?. In: *Linhas: Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura*, Florianópolis, v. 5, n. 2, pp. 333-356, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1226/1039>>. Acesso em: novembro de 2013.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. *Currículo da Educação Básica – Educação de Jovens e Adultos*, 2010. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/wpcontent/uploads/pdf_se/links_paginas/cur_ed_basica/curriculo_eja.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.

_____. *Currículo em movimento: Educação de Jovens e Adultos - Versão para validação*, 2013, p. 17. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric_mov/cad_curric/7eja.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.